

MOVIMENTO ESTUDANTIL E COMBATE ÀS OPRESSÕES: REFLEXÕES SOBRE OS REVÉRBEROS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Gabriela Rigueira Cavalcanti¹
Leandro Theodoro Guedes²
Tainara da Silva Campos³

Resumo

Pretende-se perquirir as determinações históricas da crise estrutural do capital, com atenção às suas manifestações específicas na particularidade brasileira. Ao mesmo tempo, intenta-se compreender os desdobramentos do movimento estudantil, evidenciando o passado combativo de suas organizações alinhadas com a agenda de luta da classe trabalhadora em contraste com seu recente recuo e esboroamento. Neste esteio, chama-se a atenção para a projeção alcançada recentemente pelos debates sobre lgbtfobia, machismo e racismo nas contendas políticas, no interior do movimento, sublinhando a necessidade de uma orientação classista nestes debates. Ao fim e ao cabo, busca-se perceber em que medida as mudanças sociais engendradas em diferentes momentos do capitalismo interferem nas organizações estudantis.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Crise estrutural; Combate às opressões; Luta de classes.

STUDENT ACTIVISM AND STRUGGLE AGAINST OPPRESSIONS: REFLECTIONS ABOUT THE REVERBERATIONS OF THE STRUCTURAL CRISIS OF THE CAPITAL

Abstract

We intend to inquire the historical determinations of the structural crises of the capital, especially its specific signs in Brazilian 's particularity . At

¹ Graduanda em Direito na UFJF. Email: gabriela.rigueira@yahoo.com.br

² Graduando em Administração na UFJF. Email: ltheodoroguedes@yahoo.com

³ Graduanda em Letras na UFJF. Email: tainara.s.campos@gmail.com

MOVIMENTO ESTUDANTIL E COMBATE ÀS OPRESSÕES: REFLEXÕES SOBRE
OS REVÉRBEROS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL
AUTOR

the same time, we try comprehend the objective aspects of the configuration of student activism , highlighting its combative past , When it was aligned with the schedule struggle of the working class in contrast with its recent collapse and decrement . At this point , we underline the projection gained by discussions about lgbtphobia , sexism and racism inside the current political fights, on the activism itself, claiming to the urgency of class struggle debate. After all, we search for perceiving in what ways the social changes engendered on different moments of capitalism interfere on the student organizations .

Keywords: Student activism; Estructural crisis; Class struggle; Struggle against oppressions.

MOVIMIENTO ESTUDIANTIL Y EL COMBATE A LAS
OPRESIONES: REFLECCIONES SOBRE LOS REVERBEROS DE LA
CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL

Resumen

Este trabajo intenta investigar las determinaciones históricas de la crisis estructural del capital social, con atención a sus manifestaciones específicas en la particularidad brasileña. Al mismo tiempo, propone entender el desarrollo del movimiento estudiantil, destacando el pasado combativo de sus organizaciones alineadas con las luchas de la clase obrera, en contraste con su reciente desvanecimiento. Así que llamamos la atención a la proyección recientemente alcanzada por los debates sobre la lgbtphobia, el sexismo y el racismo en la lucha política dentro del movimiento, haciendo hincapié en la necesidad de una orientación de clase en estos debates . Al fin y al cabo, buscamos entender en qué medida los cambios sociales generados en diferentes momentos del capitalismo interfieren en las organizaciones estudiantiles.

Palabras clave: Movimiento estudiantil; Crisis esctructural; Lucha de clases; Combate a las opresiones.

Introdução

A crise que a assola o mundo atualmente nada mais é do que a manifestação de um mecanismo fundamental para a perpetuação do sistema capitalista. Este momento específico vem se tornando comum, e incide duramente sobre as frações mais desfavorecidas da classe trabalhadora em múltiplas dimensões. O aumento da jornada de trabalho,

a redução de direitos conquistados, a criminalização dos movimentos sociais, dentre outros ataques mais, tornaram-se recorrentes. Entretanto, a insurgência de mobilizações mais organizadas é cada vez mais esporádica. Quando ocorrem, o que se vê é que o medo do descontrole social tem levado ao uso crescente da violência e da repressão sobre os movimentos sociais espontâneos ou organizados (PANIAGO, 2013).

Este panorama catastrófico urge a necessidade premente da organização das lutas que se articulam nas bases da classe trabalhadora. Mas o destino destes movimentos tem sido a dissolução no varejo, perdendo de vista algo que possa abalar as estruturas da moderna sociedade capitalista, em outras palavras, a falta de um horizonte teórico e uma perspectiva revolucionária deteriora as perspectivas de tais movimentos (DUAYER, 2012). Desse modo, é fundamental a atuação dos movimentos sociais (agentes históricos das conquistas dos trabalhadores no Brasil) que ainda concentram a organicidade para mobilizar a classe e colocar em evidência questões como a moradia, a terra, opressões e o próprio trabalho. Por outro lado é também fundamental salientar o papel dos partidos políticos, especialmente aqueles que se posicionam no que se convencionou chamar “esquerda”, isto é, partidos que encampem pautas dos trabalhadores e as levem adiante na luta parlamentar. Essas duas frentes de luta não se excluem, pelo contrário, precisam agir em conjunto na medida em que suas finalidades se alinham.

Conscientes da realidade atual no Brasil, pensamos que uma importante mediação capaz de intersectar as lutas sociais e políticas é o movimento estudantil (ME). Pretendemos chamar a atenção para a necessidade de uma organização deste movimento que seja direcionada pelo antagonismo de classes e pautar sua luta a partir desta diretriz essencial, levado adiante várias lutas contra as opressões das quais tem se ocupado. É candente o crescimento de coletivos protagonizados por negros, mulheres e lgbts questionando o impacto da ofensiva do capital, sensivelmente mais forte contra estes grupos. Por isso é fundamental que se desenvolva a apropriação de determinantes históricos do capitalismo contemporâneo e se reconstrua a perspectiva socialista (PANIAGO, 2013). O mote que nos orienta é justamente avaliar o quão presente tem sido o corte da luta de classes nesses movimentos contra as opressões, expondo seus progressos e limites e chamando a atenção para o fato de que a unificação de todas estas pautas pode representar a reconstrução de um movimento estudantil verdadeiramente combativo

Crise

Muito embora patentes, crises não se manifestam de maneira homogênea. Isso significa que o movimento da história engendra condicionamentos diversos e específicos a cada época e, desta forma, as crises nunca se repetem no que cerne suas características mais

fundamentais. Feita esta ressalva, é possível dizer que a crise eminente na contemporaneidade “é fundamentalmente uma crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Em termos gerais, o que diferencia a atual crise das outras passadas pode ser caracterizado por quatro pontos básicos enumerados por Mézáros (2011): ela acomete todas as formas de capital (produtivo, financeiro e comercial); é global, abrangendo todo o planeta; é permanente, por não ter seu fim num horizonte temporal próximo e não manifesta rompentes abruptos, pelo contrário, arrasta-se pelos anos sendo remediada por paliativos, mas nunca de maneira resolutiva. Esses quatro pontos enumerados como características fundamentais de crises estruturais não podem ser observados em se tratando de crises cíclicas. Em uma palavra, crises *cíclicas* não comprometem a contiguidade da ordem. Esta dimensão mais restrita torna-a menos sólida, exige, para sua resolução, “apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). Esta talvez seja a mais importante das diferenças.

Em última instância o movimento que se faz com relação às contradições é “exportá-las para uma esfera ou um país diferente” (Idem, p. 800). As consequências resultantes, no caso dos países recipientes do ônus oriundo destas contradições, como o Brasil, serão tratadas de maneira mais detalhada páginas a seguir. Os efeitos da crise atual dimensionam-na enquanto *crise da dominação em geral*. A fome que se agudiza ao mesmo tempo em que cresce o desperdício, a redução do período de vida útil da força de trabalho, o aumento do contingente do exército de reserva e do número de pessoas à margem com condições exacerbadamente precárias de vida (Idem), indicam “um persistente desemprego de massa (e suas implicações óbvias para a economia de consumo) e à desintegração ameaçadora do sistema monetário internacional e seus corolários” (Idem, p. 807).

Carcanholo chama a atenção para um fato novo que passa a ser decisivo para a compreensão deste capítulo da história do capital: o *capital fictício*. Esta forma de capital é por ele assim explicada em comparação com a lógica comum do capitalismo:

Antes, de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo para um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora, é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, é que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica produção-apropriação de valor. Mais rigorosamente, é a autonomização da produção de valor/.../ A cobrança da impossibilidade de autonomização absoluta é feita, justamente, pelas crises (CARCANHOLO, 2010, p. 5-6).

Portanto, a lógica comum do capital, que apresenta a existência de variadas formas de capital, mas coloca em posição preponderante o momento da produção, se desfaz. O que entra no lugar é o capital financeiro financiando e obtendo rendimentos desse próprio capital, autonomizando sua dinâmica de produção do valor. Este tipo de capital vem aumentando grandemente sua participação desde os anos 70, com picos notados nitidamente nos anos 90 (CARCANHOLO, 2010). “Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise” (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

A apropriação do excedente deixa de ter fundamento da objetivação do capital através da produção do valor. A potencialização da apropriação combinada com o refreamento da produção do valor sufoca as taxas de lucro. Desta forma “A disfunção do capital fictício amplia as potencialidades da crise” (CARCANHOLO, 2010, p. 6). A redução da taxa de lucros recai inveteradamente sobre a classe trabalhadora, mais precisamente no aumento da sua exploração. Desta forma é possível dizer que as décadas que sucederam os anos 1970 e o protagonismo do *capital fictício*, apresentaram manifestações nítidas do recrudescimento da exploração.

Segundo Antunes (2003), o fenômeno conhecido por reestruturação produtiva que se iniciou nos anos 80 e se intensificou nos 90, caracterizou-se pela introdução de técnicas gerenciais com vistas a diminuição dos custos e aumento da produtividade, modernização do aparato tecnológico e diminuição dos postos de trabalho que nos anos 90 somou-se à flexibilização de leis trabalhistas, permitindo terceirização, salários por produtividade e outros retrocessos para os trabalhadores. Os resultados positivos da liquidez e seu impacto sobre o aumento da produção, só vão decorrer em meados da primeira década dos anos 2000, nesse sentido “o cenário externo favorável propiciou às economias periféricas uma folga que, a reboque do crescimento mundial, permitiu a reversão do estancamento da década anterior” (CARCANHOLO, 2010, p. 8). O que no entanto, não dura muito tempo, pois os sinais da crise voltam a aparecer em 2007, atacando, por tabela, os países periféricos.

O que se pode depreender desta nova manifestação da crise, é que os aspectos de suas manifestações estão profundamente ligados à especulação do mercado imobiliário e conseqüentemente à exacerbação do capital fictício. Assim “O efeito cumulativo no momento de alta no ciclo de acumulação (e de liquidez) se reverte. É a crise, necessária no funcionamento do capitalismo, e tendo sua lógica aprofundada pela dominância do capital fictício” (CARCANHOLO, 2010, p. 8). Para

Carcanholo, uma das medidas tomadas para conter a crise é a acentuação da exploração da classe trabalhadora

ela sofrerá todos os impactos da ofensiva do capital na tentativa de elevar a taxa de mais-valia, o que já é sinalizado pelo aprofundamento das reformas neoliberais em previdência e nos campos trabalhista e sindical. [...] todo o ajuste das contas públicas - vociferado pelo pensamento conservador como única forma de sanear a atual fase da crise do capitalismo - significará a redução das escassas políticas públicas ainda praticadas, arrocho salarial e das condições trabalhistas no setor público, pressão por novas privatizações, redução de gastos e investimentos públicos, que, no limite, significam recessão e, portanto, desemprego, etc (CARCANHOLO, 2010, p. 9).

Como se vê, o esgotamento de alternativas para lidar com as crises é patente na medida em que formam um ciclo vicioso de endividamento externo-liquidez-acumulação-diminuição da taxa de lucros. Os períodos de ápice vividos pela crise estrutural são garantidos pela exploração sem precedentes da classe trabalhadora, que na outra mão assiste à dissolução de todos os direitos por ela conquistados. Porém, a crise não ataca igualmente os desiguais, “Ela tem um sentido claro de classe, ultrapassando todas as barreiras e resistências postas pelos trabalhadores na defesa de direitos antes conquistados” (PANIAGO, 2013).

O recrudescimento da crise estrutural nos últimos anos foi concomitante a um período de refluxo do movimento estudantil que por razões apresentadas nas seções seguintes deste trabalho, não mais protagonizou ações como as empreendidas na década de 60. É importante dizer que os efeitos do neoliberalismo atingiram fortemente a educação superior, que passou a ser regido por uma *lógica empresarial* (Freire, 2012) e influiu diretamente na formação dos quadros políticos daquele movimento. Em decorrência, é possível identificar nesta lógica, um tortuoso obstáculo a ser ultrapassado pelos estudantes.

O movimento Estudantil Brasileiro: Fluxos e Reflexos

Por movimento estudantil podemos entender o conjunto das organizações formadas por estudantes (de nível superior, técnico, médio e fundamental) com o intuito de atuar naquelas causas concernentes ao setor discente, seja na luta por questões locais e imediatas (como bebedouros com defeito em seus locais de ensino) ou por questões políticas que transcendem a temática educacional.

Os anos 1960 foram o período mais simbólico da história do ME brasileiro. O alinhamento do movimento com a agenda de luta da classe trabalhadora neste momento pode ser compreendido a partir da inserção dos debates da esquerda no seu interior. Podemos afirmar que, desde

aquela época, “a radicalidade dos movimentos estudantis reflete a influência de outras classes sociais, de questões conjunturais, ou mesmo resultado da ação de partidos políticos no interior dos movimentos” (PAIVA, 2011, p. 23).

A reconfiguração demográfica, a entrada do capital internacional e industrialização do país pós Estado Novo ditavam condições cada vez mais precárias de vida. Inflação alta, postos de trabalho cada vez mais precários e urbanização desordenada constituíam o panorama das condições da vida material das classes baixas no Brasil no início da década de 1960. As mobilizações políticas acentuavam-se com as reivindicações populares capitaneadas pela esquerda exigindo as reformas de base pretendidas pelo governo. Não tardou para que João Goulart sucumbisse face aos interesses do imperialismo norte-americano que, aliado à burguesia nacional brasileira e aos setores conservadores do exército e da Igreja, logrou em abril de 1964 um golpe de Estado empreendido pelo exército.

O ME que havia se consolidado como grandiosa força política à esquerda nos últimos anos foi alvo certo da repressão. As prisões, perseguições e expulsões de faculdades que se seguiram ao golpe de 1964 conseguiram num primeiro momento desbaratar o ME (MENDES JR. 1982). Nos anos seguintes, apesar disso, os estudantes demonstraram intensa rebeldia. Porém, em 1968 viria a ser promulgado o Ato Institucional nº 5, decretando a ilegalidade, a perseguição, a tortura e a morte para os militantes políticos de oposição ao regime militar.

Muitos estudantes ingressaram em grupos conspirativos e frações guerrilheiras num intento de derrubar através da luta armada a ditadura. A perseguição e dizimação sofrida por eles foi implacável. Por outro lado, não se pode “fetichizar” o ME daqueles anos de repressão. A maioria dos estudantes, que foram mobilizados para a participação política durante o período, queria mesmo era manter aquela participação “tradicional”, que se resumia a assembleias, debates e protestos públicos (GROPPO, 2008). Todavia, mesmo sabendo dos empecilhos e deficiências das lutas estudantis daqueles anos, é flagrante o refluxo sofrido por tais organizações atualmente em comparação com aquele período, desembocando num panorama de crise de descrença nas instituições tradicionais do ME, desinteresse pela vida política estudantil e mesmo na opção dos estudantes por organizações estudantis voltadas apenas para a “capacitação profissional”, como as empresas juniores.

A retomada das lutas estudantis só se operaria em 1977, momento em que viria a ressurgir também o próprio movimento sindical brasileiro. Durante toda a ditadura militar a política econômica nacional baseou-se na super-exploração da força de trabalho, cujo mote principal fora o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores (CHASIN, 1980). O arrocho preservava a existência da mão-de-obra barata e facultava produção de

bens, ditos competitivos, para o mercado internacional. A lógica do sistema residia em remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias (Idem). Essas condições econômicas foram cruciais para o ressurgimento das organizações de massa no Brasil e, dentre elas, a UNE, em 1979.

Com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no início da década seguinte, despontando como grande frente aglutinativa das lutas populares, um expressivo número de militantes do ME à época se integrou aos quadros do partido. O PT aparecia como alternativa para a grande parte da esquerda e dos progressistas de modo geral. Assim, paulatinamente, a maior parte das lutas populares se centralizou na figura do PT que tratou de canalizar a força das ruas para a sua ascensão institucional. Assim, conforme coloca Freire,

No Brasil a nova fisionomia dos movimentos sociais foi se constituindo apoiada pelo ciclo expansivo da economia, a partir da segunda metade dos anos 60 e no transcurso dos anos 70 para ganhar seus contornos definidos já no processo de crise da ditadura militar. No desenvolvimento da resistência democrática, esses movimentos foram ganhando características comuns e diferenciadas, conforme sua prática social e política. (FREIRE, 2008, p. 138)

Naquele momento, a UNE já demonstrava que o recém revigorado ME assumiria características bem diferentes daquele da década de 1960 e 1970 (PAIVA, 2011). Exemplo disso foi a declaração de apoio à candidatura da chapa Tancredo-Sarney nas eleições indiretas do Congresso Nacional para a presidência da república. A escassez de documentos produzidos pelo ME na década de 1990 (PAIVA, 2011) demonstra que houve um refluxo político no movimento. As passeatas pelo impeachment do então presidente Fernando Collor, movimentos nos quais a juventude tomou as ruas, passaram por fora das entidades tradicionais do ME. Um dos principais motivos desse retrocesso foi de um lado, à opção dos grandes partidos de esquerda (PT e PCdoB, na direção da UNE) pelo oportunismo da via institucional e, de outro, a “morte das utopias” - com a suposta derrota do comunismo após a queda do muro de Berlim - afastando a juventude cada vez mais da vida militante anti-capitalista e da luta estudantil propriamente dita.

O novo movimento do capital afetou a vida estudantil principalmente devido à reconfiguração da educação superior no país, iniciado pelo governo em 1995, colocando a educação enquanto mercadoria. Sem entendermos os custos sociais dos ajustes neoliberais e seus impactos na educação pública, não podemos compreender a perda do protagonismo nacional do movimento estudantil no Brasil (FREIRE, 2008). Aqui

podemos apontar empiricamente o refluxo do ME enquanto agente de lutas políticas em detrimento de outras formas de organização cada vez mais pautadas pela lógica da concorrência no mercado: em 2014, haviam aproximadamente 11 mil universitários atuando em Empresas Juniores⁴, enquanto isso, em 2015, credenciaram-se apenas 6.453 delegados para o 54º congresso da UNE⁵ e, no congresso da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, fundada em 2009 após o rompimento de algumas correntes do ME com a UNE, sobretudo aquelas ligadas ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), somente 1500 pessoas compareceram⁶, num panorama de 7,3 milhões de matriculados no ensino superior brasileiro segundo o MEC⁷.

Movimento Estudantil e Combate às Opressões

É importante salientar que o tema das opressões dentro do M.E. não nasce na atualidade. Entretanto, nossa intenção é explicitar como, atualmente, tais temas tem se feito presentes, ocupando alas mais progressistas do M.E. e refletindo uma maior participação de tais setores na vida política. A partir da manifestação “Fora Feliciano”, pode-se observar que o tema das opressões: machismo, racismo e LGBTfobia, têm tido maior adesão dentro do ME. Os protestos de rua contra o deputado Marcos Feliciano contaram com cerca de 20 mil pessoas (ANEL, 2013). Este é notadamente um momento marcante considerando o histórico recente do ME. Deste momento em diante o combate contra as opressões assumiu a vanguarda do ME.

Dentre as lutas que protagonizam o ativismo do movimento estudantil, sublinhamos a materialização das cotas raciais. Na ANEL, o debate primou por um projeto de cotas aliado à garantia da permanência dos jovens negros na Universidade, tendo em vista sua condição comprovadamente desfavorável. (ANEL, 2013). A UNE, por sua vez, somente manifestou-se favorável à sanção da lei de cotas em 2012 (UNE, 2012). É importante ressaltar também que há um descompasso em se tratando do combate ao racismo no ME e que as organizações em torno deste tema, no geral, são grupos de pesquisa e não se relacionam, muitas vezes, com a luta política. Mas não se pode deixar passar despercebido grandes lutas lideradas ultimamente por alunos negros da USP (Frente pró cotas raciais na USP, s/d), reivindicando a aplicação das cotas raciais no processo seletivo da Universidade, ou eventos promovidos como o “Ah,branco! Dá um tempo!”, em que, de acordo com Carvalho (2015), os

⁴ Fonte: http://issuu.com/brasiljunior/docs/relatorio_legado_ppt_v8

⁵ Fonte: <http://www.une.org.br/noticias/universitarios-elegem-6-452-delegados-para-o-54o-congresso-da-une/>

⁶ Fonte: <http://anelonline.com/leituras/3o-congresso-da-anel-o-novo-movimento-estudantil-e-possivel>

⁷ Fonte: <http://noticias.r7.com/educacao/brasil-tem-73-milhoes-de-estudantes-universitarios-diz-mec-09092014>

estudantes eram fotografados portando cartazes com frases racistas que já ouviram a fim de que tais fotos fossem publicadas em redes sociais, com intuito de revelar o racismo ainda presente em nossa sociedade.

A luta dos LGBTs se deparou com um importante evento nos últimos anos: o veto ao kit “Escola sem Homofobia”. Assustadoramente, algumas entidades como a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), inclusive apoiaram o veto (TERRA, 2011). Recentemente, porém a relação de precariedade entre os lgbts e o mercado de trabalho tem sido abordada no ME, conforme pode-se ver isto em Villela (2015) e Anel (2013).

No que toca as discussões acerca da legalização do aborto e da violência contra as mulheres, pauta histórica do movimento feminista, que tem sido levado adiante pelas grandes facções do movimento estudantil no Brasil vemos uma série de encontros entre as mulheres sendo promovidos para discutir vários problemas aos quais elas estão submetidas. Assim foi no último encontro de mulheres da UNE, que reuniu mais de setecentas (REVISTA CAPITOLINA, 2015). No primeiro Encontro do movimento de mulheres em luta, promovido pela ANEL, em 2013, questões outras também entraram na discussão como o alto desemprego e a falta de direitos para mulheres no mercado de trabalho.

No último CONUNE, 3 dos 17 grupos de discussão abordaram a temática das opressões⁸. Já no Congresso da ANEL, 3 dos 10 painéis temáticos e 5 das 11 oficinas, além de uma das 4 mesas, abordaram questões referentes ao racismo, machismo e lgbtfobia⁹. As duas entidades tem promovido esforços para aglomerar e dar resposta aos estudantes com relação ao debate das opressões: em abril, a UNE realizou o seu encontro de negros e negras (ENUNE), considerado o maior de todos, com mais de 500 participantes¹⁰; já a ANEL promoverá em novembro o primeiro encontro de negros e negras da entidade durante sua plenária nacional em São Paulo.

Atentando-se a exemplos locais, na Universidade Federal de Juiz de fora por exemplo, pode-se observar uma grande participação dos setores oprimidos no movimento estudantil atualmente. A conquista mais recente do ME foi o reconhecimento do nome social de pessoas trans pela instituição¹¹. Durante a última eleição para o Diretório Central dos Estudantes, foram identificados nos programas das três chapas concorrentes pautas voltadas para as especificidades relacionadas às questões de gênero, raça e sexualidade, o que reflete uma certa entrada deste mérito nos próprios centros e diretórios acadêmicos. Na ocupação da reitoria de 2015, que contou com aproximadamente 300 estudantes,

⁸ Informações retiradas de: http://issuu.com/imprensaune/docs/guia-programa_o-54conune/17?e=1

⁹ Dados encontrados em: <http://anelonline.com/iii-congresso/programacao>

¹⁰ Dados retirados de: <http://www.une.org.br/2015/04/maior-enune-da-historia-tem-inicio-na-bahia/>

¹¹ Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/02/ufjf-aprova-uso-de-nome-social-para-estudantes-e-servidores.html>

redigiu-se um manifesto, no qual constava a preocupação com trabalhadores mulheres, negros e lgbts e criou-se uma comissão voltada exclusivamente para tratar das opressões (OcupaUFJF, 2015).

Percebe-se que os movimentos contra as opressões despertam a da discussão dos temas, posicionando-a muitas vezes com protagonismo no Isto, contudo, não elimina suas debilidades, sobretudo no tocante à descompasso dos debates e falta de um horizonte de classe que unifique estas pautas. Ainda nos falta esforço também para mensurar o quanto estes temas tem realmente sido abordados com primazia dentro das entidades tradicionais do ME ou apenas sido tocados superficialmente. No geral, percebe-se que tais temas tem sido reivindicados fortemente pelos setores oprimidos e o movimento estudantil está sendo chamado a dar resposta para essas bandeiras. O aborto, a violência contra a mulher, a hipersexualização do corpo feminino, a valorização da estética e cultura negra, a denúncia do genocídio da juventude negra, a luta por cotas, o casamento civil igualitário, as denúncias anti-lgbtphobia, a luta pelo uso do nome social são temas que tem se destacado entre os estudantes, mas sem encampar necessariamente o recorte de classe social ou mesmo pretender a superação do modo de produção atual, aliás, as organizações em torno de tais reivindicações sequer tem necessariamente passado por dentro das instâncias tradicionais do ME.

Conclusão

Os resultados da pesquisa têm mostrado que a os debates acerca do combate às opressões tem ganhado espaço no movimento estudantil e caracterizado sua camada posicionada mais à esquerda, levando adiante pautas que tocam sensivelmente as desigualdades sociais. Há que se ressaltar que o movimento estudantil é composto por um complexo que abarca uma série de grupos com concepções políticas sensivelmente dissonantes, por diversas razões, contudo estas (majoritariamente localizadas na posição política) estão longe de serem irresolúveis. Estas dissonâncias impedem uma união necessária, obstaculizando os avanços e conquistas, mesmo em vista das atuais frentes destacadamente progressistas do movimento estudantil.

Entendendo, portanto, o ME como uma importante mediação nas lutas sociais face ao recrudescimento da crise estrutural do capital, é possível afirmar a imprescindibilidade da reunião dessas pautas e das próprias frações do ME em torno do horizonte da luta de classes, uma vez que os grupos oprimidos são, além da sua condição particular, também, e de maneira geral, oprimidos indefectivelmente por sua condição de trabalhador. Mais que lutar pela conquista de direitos, emancipação política (MARX, 2010) de horizonte limitado, é importante que se lute pela superação da condição de classe subalterna, posição ocupada pela maioria dos integrantes dos grupos oprimidos.

Referências

ANEL - São Paulo. **Em defesa da juventude negra, ANEL elabora projeto de cotas raciais!** Disponível em: <http://anelonlinesp.blogspot.com.br/2013/04/em-defesa-da-juventude-negra-anel-sp.html>. Acesso em: 21 set.2013.

ANEL. **Anel realiza vitoriosa intervenção em Brasília.** Disponível em: <http://anelonline.com/leituras/anel-realiza-vitoriosa-intervencao-em-brasilia>. Acesso em: 21 set.2015.

ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Ideias**, v. 9, n.2, p. 13-24, 2002.

ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES-LIVRE. **Começa o 3º congresso da ANEL!** Disponível em <http://anelonline.com/iii-congresso/comeca-o-3o-congresso-da-anel>. Acesso em: 20 set.2015.

BICALHO, Renata de Almeida. **Das histórias de violência em uma Empresa Junior à reprodução da Ideologia da Administração.** 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

246

CALDEIRA, Paula. **Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro.** 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em psicologia de comunidades e ecologia social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**. Ano IV, n. 6, p. 1-10, 2010.

CARVALHO, Nathália. Alunos da UFJF realizam campanha contra o racismo. **Tribuna de Minas.** Disponível em <http://www.tribunademinas.com.br/alunos-da-ufjf-realizam-campanha-contra-racismo/>. Acesso em: 20 set.2015.

CHASIN, José. As máquinas param. **Revista Escrita/Ensaio**, n. 7, Escrita: São Paulo, 1980.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Nova gestão do DCE UFJF é eleita.** Disponível em <https://dceufjf.wordpress.com/2013/03/15/nova-gestao-do-dce-ufjf-e-eleita/>. Acesso em: 20 set.2015.

DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. **Em pauta**. n. 29, v. 10, p. 35-47. 2012.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Tunja, v. 11, p. 131-146, 2008.

FRENTE PRÓ COTAS RACIAIS NA USP. **Por que cotas raciais na USP?** Disponível em: < <https://frenteprocotasraciaisusp.wordpress.com/por-que-cotas-raciais-na-usp/>>. Acesso em: 24 set.2015.

GARCIA, Priscila Fernanda da Costa. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 1, 2010. **Anais...** Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados: 2006.

_____, Luís Antonio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil; 1961-1967. In: MACHADO, Otávio Luis; ZAIDAN, Michel (orgs). **Movimento Estudantil brasileiro e educação superior**. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2008.

247

LEHER, Roberto. **Organização, estratégia política e o plano nacional de educação**. São Paulo, USP: 27 de novembro, 2009. Palestra ministrada no curso de especialização do MST organizado no Coletivo Candeeiro e no Centro Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular.

LOBO, Natália; ZELIC, Helena. Feminismo e movimento estudantil: um relato sobre o 6º EME da UNE. **Revista Capitolina**. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/feminismo-e-movimento-estudantil-um-relato-sobre-o-6o-eme-da-une/>. Acesso em: 20 set.2015.

MACHADO, Otávio Luiz; GROppo, Luiz Antonio; ZAIDAN, Michel. **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Os movimentos estudantis na América Latina. In: **Les temps modernes**, Paris. n. 219, p. 718-731, 1970.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo: São Paulo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** Boitempo: São Paulo, 2011.

OCUPAUFJF. Manifesto do movimento OcupaUFJF. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/13UEtRQt8DxsBcIPxeSQfxYegUMlhBXkG_mA28XPIL9A/pub. Acesso em: 18 set.2015.

PAIVA, Gabriel de. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2013-2010).** 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) – Centro de Educação Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural e a centralidade da luta de classes. **Katálisys.** v. 17, n. 1, p. 41-49, 2013.

POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Booklink Publicações, 2004.

SANTOS, Raissa. ANEL. **Lugar de mulher lésbica, bissexual e transgênero é ans lutas e no 1º encontro do MML.** Disponível em: <http://anelonline.com/leituras/lugar-de-mulher-lesbica-bissexual-e-transgero-e-nas-lutas-e-no-i-encontro-do-mml>. Acesso em: 20 set.2015.

248

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: BOITEMPO EDITORIAL. **Cidades Rebeldes - Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 72-78.

TERRA. **ABGLT e Ubes negociam liberação de parte do kit anti-homofobia.** Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/abglt-e-ubes-negociam-liberacao-de-parte-do-kit-anti-homofobia,b94942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 set.2015.

TOKARNIA, Marana. Agência Brasil. **Governo deve propor cotas para negros na pós graduação até Junho.** Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/governo-deve-propor-cotas-para-negros-na-pos-graduacao-ate-junho>. Acesso em: 20 set.2015.

UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **UNE e movimento negro querem aprovar lei de cotas nas universidades.** Disponível em: <http://www.une.org.br/2012/07/une-e-movimento-negro-querem-aprovar-lei-de-cotas-nas-universidades/>. Acesso em: 21/09/2013.